

A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil

The Presence Strategy in the context of military transformation as a peculiarity of defense in Brazil

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO:

O artigo tem por objetivo analisar o lugar que ocupa a Estratégia da Presença no planejamento de defesa brasileiro no contexto do processo de transformação militar. Nesta investigação foi analisada a evolução militar terrestre no Brasil, caracterizada pelo aspecto fundamental da expressão militar, que é a presença, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias, no momento de importantes processos de modernização e de reestruturação do Exército. O lugar da presença territorial na evolução militar foi observada pelo prisma da evolução das forças regulares de terra, nos seus diferentes aspectos: natureza, legislação, organização, instrução, doutrina, missões e o preparo da tropa para o cumprimento do seu papel legal.

Palavras-chave: Estratégia da Presença; Transformação. Evolução Militar.

ABSTRACT

The article aims to analyze the place occupied by the Presence Strategy in Brazilian defense planning in the context of the military transformation process. In this investigation the land military evolution in Brazil was analyzed, characterized by the fundamental aspect of military expression, which is the presence, in the national territory and its extensions, with the purpose of fulfilling the constitutional destination and the subsidiary attributions, at the moment of important processes of modernization and restructuring of the Army. The place of the territorial presence in the military evolution was observed from the perspective of the evolution of the regular forces of land, in its different aspects: nature, legislation, organization, instruction, doctrine, missions and the preparation of the troops to fulfill their legal role.

Keywords: Presence Strategy. Transformation. Military Evolution.

* Doutor em História Política, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, vice coordenador do GT de História Militar da ANPUH Nacional, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

Sumário Executivo

Este artigo integra uma agenda de pesquisa construída ao longo dos últimos oito meses, cuja investigação central buscou discutir a adequabilidade da permanência da estratégia da presença para o Exército brasileiro. Na atualidade, o modelo de estratégia da presença adotado é um desafio para a força terrestre brasileira, no contexto do processo de transformação militar. Para subsidiar o planejamento estratégico do Exército com relação à estratégia da presença, foram realizadas análises sobre a presença militar terrestre em outros países, e como eles lidaram com o modelo, para legitimar a construção desse debate.

A investigação começou com um primeiro ensaio, quando foi estudada a presença militar do Exército chileno, e prosseguiu num segundo ensaio, analisando a presença militar do Exército dos Estados Unidos da América. Os dois ensaios foram construídos no contexto da respectiva evolução militar, no passado e no presente, e serviram de subsídios para chegar ao terceiro ensaio, com uma investigação sobre o caso brasileiro da adequabilidade da permanência da estratégia da presença. Na condição de importante esforço nos estudos históricos, o terceiro ensaio investiga a evolução militar do Exército brasileiro pensada pela presença, no território nacional. Esse processo foi observado através da mudança da força regular de terra, nos seus aspectos: natureza, legislação, organização, instrução, doutrina, missões e o preparo da tropa para o cumprimento do seu papel legal.

A estratégia da presença no Brasil traz para o centro dos debates dois problemas cruciais: o primeiro relacionado à tendência em alguns países desenvolvidos após o fim da Guerra Fria, de diminuição do efetivo terrestre, e o segundo, relacionado às suas atribuições subsidiárias previstas no artigo 16 da Lei Complementar nº 97/1999, alterada pela LC nº 117/2004.

Numa trajetória de envolvimento em ações subsidiárias, o Exército Brasileiro assume um papel que pertence a outros atores estatais, com responsabilidade pela condução de políticas públicas, o que, de certa forma, provoca uma acomodação da classe política, representada pela conveniência e conviência do Estado com esse tipo de ação. Por outro lado, fica claro que essa participação em atribuições subsidiárias provoca um desvio do papel da força terrestre, previsto na Constituição Federal de 1988, que é a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, a garantia da lei e da ordem, e a participação de operações internacionais.

É notório que essa ação permanente do Exército em atividades subsidiárias desgasta as funções principais da Instituição, definidas constitucionalmente, o que em tese reduz sua capacidade de emprego operacional para a guerra. O entendimento que se tem é que a instituição continua atendendo diversas necessidades do Estado, e se desgastando em atribuições subsidiárias. A questão que se impõe é a seguinte: seria possível escapar dessa realidade, considerando-se as demandas oriundas de vulnerabilidades nacionais e fragilidades estatais?

1. Introdução

O artigo tem por objetivo analisar o lugar que ocupa a Estratégia da Presença no planejamento de defesa brasileiro no contexto do atual processo de transformação militar.

Para Covarrubias uma transformação é uma reforma profunda e representa uma quebra no *status quo*. É mudar a orientação (2007, p. 21). Em suma, é empreender um novo caminho. E ainda, transformação não é apenas obter nova tecnologia (modernização), mas é também uma mudança na doutrina e

estrutura das forças, não é apenas para melhorar as formas de lutar, mas também para desenvolver novas formas de luta, não se trata de substituir toda a estrutura militar existente, mas que combinem o emergente com o existente. (COVARRUBIAS, 2007, p. 7)

As instituições militares de vários países da América do Sul iniciaram o desenvolvimento de seus processos de modernização, baseados principalmente, na aquisição de novos sistemas de armas que foram incorporados a suas respectivas

instituições e nas estratégias adotadas para enfrentar novos cenários internos e externos. As Forças Armadas passaram de simples modernizações, a processos de transformações. Estas transformações, que na prática foram traduzidas em mudanças orgânicas, de estrutura e de doutrina, permitiram a incorporação de novos conceitos que influenciaram e orientaram, em grande parte, as mudanças ou transformações indicadas.

A transformação implica em alterações muito mais radicais e profundas já que envolve mudanças nas missões e tem um alcance não somente técnico, mas também político, envolvendo toda a sociedade. A necessidade de transformação nas instituições militares ocorre quando surgem novas ameaças que não podem ser combatidas pelas formas tradicionais operadas pelo antigo sistema militar de defesa. Quando essas ameaças são detectadas, há a necessidade de se desenvolver novas capacidades de enfrentamento. No contexto dessa discussão, podemos afirmar que transformar não consiste em fazer mais do mesmo. Transformação é um processo de longo prazo, que consiste no desenvolvimento de capacidades necessárias para cumprir missões ou desempenhar novas funções de combate.

O atual Processo de Transformação do Exército define uma das principais capacidades da instituição, que a ocupação e integração do território nacional na Amazônia, devem prosseguir através da manutenção da Estratégia da Presença. Essa capacidade é vista com muita preocupação pela Força Terrestre, pelo desafio da ocupação dos espaços vazios e de desenvolvimento da região.

Nesse debate percebemos a estratégia da presença relacionada à vontade institucional de controle do território estatal em processo de formação. O uso dos militares no campo do desenvolvimento e da segurança mostra a relação direta do Estado na coisa pública. O Exército é percebido como o próprio Estado em ação. O projeto da força terrestre, não é estar presente, mas apoiar a consolidação de um Estado nacional. Por isso, a questão dialética entre ser um Exército

moderno, com capacidade de projeção externa, e continuar a ser um Exército colonizador. Como manter essa questão diante do atual processo de transformação militar?

A partir desse debate inicial, e após o estudo realizado sobre a presença militar terrestre no Chile e nos “EUA”, o entendimento que temos é que no Exército Brasileiro há uma tendência à manutenção da presença militar, principalmente em áreas ao longo das fronteiras terrestres, com baixa densidade demográfica, e no interior do país com baixo desenvolvimento, espaços que têm muitas limitações socioeconômicas e instabilidade políticas.

Nesse contexto apresentado, devemos refletir se a estratégia da presença deve ser tratada como uma questão de defesa, ou se ela deve ser tratada como uma questão de segurança nacional. Se ela é estratégia, ou se ela é política. Acreditamos que ao longo dessa investigação centrada no estudo da presença militar terrestre, evidenciou-se que, no futuro, esse questionamento deverá ser respondido, com mais investigações e novas percepções de outros casos implantados fora do Brasil.

Ao longo da investigação tentamos construir uma definição própria para o conceito de estratégia da presença, articulada à realidade atual e a normatização jurídica feita através de regulamentos do Exército e do Ministério da Defesa, de modo que pudéssemos entender melhor o conceito para aplicar nos estudos sobre a presença militar no Brasil.

Num esforço inicial foi estudada a presença militar do Exército chileno no território nacional, no contexto da sua evolução militar. No início do século XX, percebe-se um modelo de organização fortemente voltado para a ocupação do território pela força terrestre articulado mais tarde, as atividades do Corpo de Carabineiros, encarregados da manutenção da ordem pública em nível nacional. O modelo de presença territorial do exército começou a ser mudado nos anos 1990, com a busca da modernização, no contexto do retorno democrático, quando a instituição deixou de atuar basicamente na segurança interna. As

funções constitucionais de ordem e segurança pública passaram a ser executadas exclusivamente, pelos carabineiros. O longo processo de modernização levou a força terrestre chilena a um modelo de Exército móvel e compacto na atualidade, para a defesa da pátria.

Com relação à presença militar terrestre, o Exército dos EUA consolidou o modelo frente à guerra de independência e durante todo o século XIX, quando eles construíram o território nacional através de uma empreitada público-privada, militarizaram as áreas de fronteiras (canadense e mexicana), e fortaleceram sua indústria bélica ao final da Guerra Civil, em 1865. Já no início do século XX, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a força terrestre tornou-se basicamente um exército expedicionário, para atuar nas diversas intervenções estatais norte-americanas.

Diferentemente do Brasil, os EUA não tiveram uma Estratégia de Presença definida conceitualmente para o Exército, assim como podemos observar em diversos documentos oficiais brasileiros que tratam do assunto, como a Doutrina Militar de Defesa, ou a Concepção Estratégica do Exército Brasileiro, de 2017.

Para uma definição institucionalizada da estratégia da presença militar no Brasil, a referência ao conceito é normatizada por diversos documentos oficiais que tratam do assunto.

O Manual de Campanha (Estratégia) do Exército define a estratégia de presença como:

... a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional (Brasil, 2004, p. 3-8).

Já a Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007b, p. 36) define o conceito da seguinte forma: *Caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias.*

A partir do documento do Ministério da Defesa, o ponto de reflexão continuou com a definição conceitual na Concepção Estratégica do Exército Brasileiro (CE), de outubro de 2017. A CE é parte do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), constitui-se no embasamento conceitual, decorrente de estudos, análises e avaliações, que indica como o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão. Pela CE, presença caracteriza-se sob dois aspectos fundamentais:

- O primeiro, direcionado à expressão militar, no qual a presença militar, no território nacional, tem por finalidade cumprir a destinação constitucional, sendo efetivada pela criteriosa articulação das organizações militares no território e pela capacidade de rápido deslocamento de tropas para qualquer região do País, caracterizando a mobilidade estratégica;
- No segundo aspecto, direcionado às expressões psicossocial e política, baseia-se no desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade.

Para o sociólogo Gilberto Freyre, um dos principais interprete do Brasil, o Exército quase sempre foi uma força de coordenação de contrários da vida nacional, acompanhando as tendências que parecem mais de acordo com as tradições e as necessidades mais gerais do país (FREYRE, 1948, p. 18). Daí fica claro o segundo aspecto geral da CE, enfatizando a necessidade da instituição continuar a manter-se como bastião da nacionalidade, e dos interesses da sociedade e do Estado, o remédio para os problemas da República. Para tanto, o autor ainda enfatiza, que não se deve considerar fora das responsabilidades do Exército o desenvolvimento social, econômico e intelectual, os quais seriam à base da defesa nacional, da segurança do Estado, e da ordem pública (FREYRE, 1948, p. 25).

No entanto, o sociólogo alerta, naquele momento, para uma questão importante em nosso debate: a tendência de se enxergar esses problemas tão complexos de diversas áreas (econômicas, sociais e intelectuais) sobre o aspecto único da segurança nacional ou da ordem pública, o que seria na atualidade dizer que são problemas inerentes à defesa ou a

segurança pública. Sobre essa atuação de um único setor das Forças Armadas em um problema nacional levaria, por exemplo, o Exército, que é forte, poderoso, paternalista, a trabalhar sozinho, e ninguém mais faria coisa alguma (FREYRE, 1948, p. 25-27). E mais ainda:

A verdade, porém, é que o país onde o Exército seja a única, ou quase a única, força organizada necessita de urgente organização ou reorganização do conjunto de suas atividades sociais e de cultura para ser verdadeiramente nação. Nação desorganizada não é Nação: é apenas paisagem. Paisagem ou cenário de nação. E mesmo que o exército seja moral e tecnicamente primoroso, se é a única força organizada da nação, esta nação corre o perigo de transformar-se em simples cenários de paradas ou simples campo de manobras. É uma nação socialmente doente, por mais atlética que pareça. (FREYRE, 1948, p. 28)

O alerta mostra um sinal claro que identifica quando uma sociedade está doente, pelo simples fato de suas Forças Armadas serem praticamente suas únicas instituições nacionais organizadas e confiáveis, a ponto de outras forças renunciarem a algumas de suas responsabilidades mais nitidamente civis.

No documento do Exército de 2004 - Manual de Campanha (estratégia) – observa-se a ideia que se tornará permanente em todos os outros documentos produzidos posteriormente, da presença militar em todo o território nacional, articulada a ideia de desenvolvimento. Esses documentos revelam um ideal institucional de missão que deve ser cumprida, no contexto de um Estado republicano, que ainda está em processo de formação.

Pela Concepção Estratégica do Exército, temos a mesma ideia da definição do termo usado pelo Ministério da Defesa, mas nesse caso a definição da presença vai além da questão militar. A definição na força terrestre trata de questões políticas nacionais demandadas pelo Estado desde o período colonial.

2. A evolução militar terrestre brasileira

A evolução militar do Exército brasileiro foi marcada por constantes mudanças organizacionais, doutrinárias e na formação profissional, que fazem face ao contexto histórico e político nacional, de cada momento vivido. Com a chegada da República, em 1889, e a atuação da tropa nos conflitos sociais de Canudos (1894-1897), e do Contestado (1912-1916) ficou clara para parte da oficialidade nacional, a necessidade de mudanças. A atuação do Exército nesses conflitos internos mostrou a fragilidade na formação, na base doutrinária e no equipamento utilizado. Em questões operacionais, o Exército pouco podia fazer com seu equipamento deficiente, seu armamento obsoleto, e a falta de infraestrutura dos quartéis.

Na administração dos Ministros de Estado da Guerra, generais Hermes da Fonseca (1906-1909) e José Caetano de Farias (1914-1918), a instituição intensificou seu processo de modernização¹, principalmente, após a Primeira Guerra Mundial. Os anos 1910 foram marcados pela intensa experiência profissional obtida com a atuação do Exército na Guerra do Contestado, com a participação na Primeira Guerra Mundial, e com a chegada da Missão Militar Francesa (MMF), em 1920.

No início do século XX a administração Hermes da Fonseca foi responsável pela aplicação de significativas mudanças renovadoras da Instituição (Reforma Hermes), tais como: a Lei de Reorganização do Exército, de 1908; a reorganização do Estado-Maior do Exército (EME), mais compatível com a preparação para a guerra; a criação de Grandes Unidades permanentes (brigadas estratégicas e brigadas de cavalaria), posteriormente, substituídas pelas Divisões de Infantaria e Cavalaria; criação dos regimentos de infantaria, compostos por três batalhões; a

¹ Para Covarrubias, os processos de desenvolvimento militar são chamados comumente de modernização que levam a cabo a reestruturação do dispositivo militar, com a inclusão de novas tecnologias. A modernização é a otimização das capacidades para cumprir a missão de uma melhor forma (COVARRUBIAS, 2007, p. 18).

Lei do Serviço Militar Obrigatório, de 1908; a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento e o reaparelhamento das fábricas.

As brigadas estratégicas eram organizadas com base em três regimentos de infantaria. Cada regimento era composto por três batalhões. O regimento ainda era acrescido de dois ou três batalhões de caçadores (infantaria ligeira), três grupos de artilharia montada, um grupo de obuses, um regimento de cavalaria e um batalhão de engenharia. As brigadas de cavalaria eram organizadas com três regimentos de cavalaria, um grupo de artilharia a cavalo e uma coluna de munição.

Em fevereiro de 1915, o general Caetano de Farias realizou a “Remodelação do Exército Nacional”. A reforma transformou as brigadas estratégicas em divisões de exército. As cinco brigadas estratégicas criadas em 1908, foram substituídas por cinco divisões de exército formadas por duas brigadas de infantaria, compostas por dois regimentos de três batalhões de infantaria, ou por um regimento de infantaria e três batalhões de caçadores; uma brigada de artilharia de campanha, composta por dois regimentos de artilharia montada, cada um com dois grupos, e um grupo de obuses de campanha; um regimento de cavalaria; e um batalhão de engenharia. Esta organização permaneceu até chegada da Missão Militar Francesa.

A Primeira Guerra Mundial e, as fragilidades operacionais demonstradas pelo Exército durante a campanha do Contestado assustaram o alto comando e as elites civis nacionais. Percebe-se que, apesar da importância da Guerra do Contestado para as principais modificações ocorridas no Exército, à época, os militares usaram a Primeira Guerra para levar as ideias de mudanças a cabo e aumentar a força efetiva do Exército. O conflito interno e a Grande Guerra foram os principais agentes motivadores das modernizações do Exército.

No ano de 1919, o governo federal autorizou o contrato de uma missão militar da França. Em março de 1920 desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros

instrutores franceses, chefiados pelo general Maurice Gamelin. O Chefe da MMF seria posto à disposição do EME como assistente técnico para a instrução e organização. A MMF seria incumbida especialmente da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além de comandar a Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior).

Em 1921, na administração Pandiá Calógeras, como ministro da Guerra, o Exército Brasileiro foi marcado pela modernização, pela ampliação estrutural e passou por uma nova reorganização. As cinco divisões de exército foram renomeadas para divisões de infantaria, mantendo a organização anterior, e as três brigadas de cavalaria foram ampliadas e transformadas em divisões de cavalaria. As divisões de cavalaria passaram a serem compostas por duas brigadas de cavalaria, compostas por dois regimentos; dois grupos de artilharia a cavalo; um batalhão de infantaria montada. Essa organização permaneceu vigente até a Segunda Guerra Mundial, quando ao final do conflito o Exército intensificou a reorganização conforme modelo doutrinário militar norte-americano.

As reformas na organização militar executada durante o período de 1931 a 1938 tiveram por objetivo fortalecer o Exército como braço armado do governo federal, que iniciou em 1930 uma trajetória centralizadora do poder executivo, culminando com a implantação do Estado Novo, em 1937.

A percepção que se tinha, no ano de 1939, era que o Brasil estava efetivamente desarmado. O armamento existente era antiquado e escasso, não tínhamos base industrial que pudesse produzir armas em grande quantidade, de modo que dependíamos do que poderíamos obter dos EUA, ou da Europa. O problema do desenvolvimento econômico tornou-se o principal questionamento de algumas categorias sociais como a dos militares, interessados na modernização do setor a fim de que pudessem ser dirigidos ao desenvolvimento militar. Como vinha acontecendo desde a Primeira Guerra Mundial, e antes mesmo, as Instituições militares se identificavam com a industrialização. O conhecimento técnico dos

militares fazia deles os principais agentes no interesse da modernização econômica.

No relatório de 1937, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, analisou a situação do Exército Brasileiro em relação ao aparelhamento de material bélico. O ministro relatou ao presidente da república o problema relacionado à falta de armamento, articulando sua discussão à necessidade de um Estado nacional condicionar suas ações políticas ao poder das armas que possui, não por ambição, nem por simples domínio hegemônico no continente, mas para salvaguardar o respeito dos outros países.

Para o general Dutra, o Brasil não deveria contar com a confiança da possível cordialidade internacional. Ressaltou, ainda, a necessidade de se libertar da dependência estrangeira, criando-se indústrias militares nacionais para suprirem a necessidade interna por material bélico de qualidade.

Dutra destacou, mais uma vez, no ano de 1942², o problema de material do Exército Brasileiro, relacionado, principalmente, com a fabricação nacional dos nossos materiais de guerra. Articulou a questão do material bélico à premência de um grande esforço na organização nacional para estimular o progresso geral. Enfatizou, ainda, no seu relatório, o patriotismo sadio do povo brasileiro e a riqueza de matéria-prima existente no território.

Entre 1937 e final de 1942, o Brasil havia tentado mudar esse cenário ao celebrar contratos para realizar compras de armamento da Alemanha, mas com o início da guerra e o bloqueio naval britânico, a maioria desse material não chegou ao Brasil.

Em 09 de agosto de 1943, com o Brasil apoiando os Aliados na Segunda Guerra Mundial foi publicada a Portaria Ministerial nº 4.744, no boletim reservado do dia 13, estruturando uma força expedicionária, baseada no modelo doutrinário do exército norte-americano, constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e por órgãos não divisionários.

A força expedicionária, comandada por um general de divisão e seu estado-maior, deveria compreender: uma infantaria divisionária, comandada por um general de brigada e composta de três regimentos de infantaria; uma artilharia divisionária, comandada por um general de brigada e composta de quatro grupos de artilharia (três de calibre 105 e um de calibre 155); uma esquadrilha de aviação destinada à ligação e à observação; um batalhão de engenharia (9º BE); um batalhão de saúde; um esquadrão de reconhecimento motomecanizado. Os elementos da tropa especial, dentro da lógica de uma nova formação organizacional eram compostos por: uma companhia do Quartel General da 1ª DIE, uma companhia de manutenção, uma companhia de transmissões, uma companhia de intendência, um pelotão de sepultamento, um pelotão de polícia militar e uma banda de música.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o Exército brasileiro intensificou a transição da doutrina militar francesa para a doutrina militar norte-americana baseada na motomecanização. No período foram criadas uma Divisão Blindada, na qual a unidade de infantaria se tornaram batalhões de infantaria blindados, e o Núcleo da Divisão Aeroterrestre. A implantação da doutrina militar norte-americana se consolidou com a nova organização do Exército, em 1957. A chegada de mais equipamentos dos EUA, com o Acordo de Assistência Militar de 1952, permitiu a intensificação do processo de modernização.

Entre os anos 1960 e o fim dos anos 1980, houve um intenso processo de modernização e reestruturação no Exército, frente à conjuntura política vivida no Brasil, e as ameaças percebidas contra as instituições militares. A mudança doutrinária iniciada nos anos 1960 estava dentro do contexto mundial de mudanças estruturais das Forças Armadas no pós-Segunda Guerra mundial.

Nos anos sessenta, no período de dominância da doutrina militar dos exércitos motorizados e mecanizados, a força terrestre no Brasil ainda mantinha um grande número de unidades a cavalo. A maioria das unidades de cavalaria eram hipomóveis e algumas

²AHEX. Relatório do Ministério da Guerra de 1942.

poucas unidades eram dotadas com veículos blindados. O Exército adotava a organização divisionária, constituída por três regimentos ou brigadas de combate e outras unidades de apoio, com aproximadamente 15 mil homens. No entanto, a maioria de suas divisões de infantaria, de cavalaria, e aeroterrestre eram incompletas em pessoal, e mal equipadas.

Na prática, o Exército Brasileiro adotava a doutrina militar dos Estados Unidos, em decorrência de contato realizado com a participação da nossa tropa expedicionária na Campanha da Itália, entre 1944 e 1945. No entanto, a doutrina norte-americana era concebida para ser adotada por países com alto grau de desenvolvimento tecnológico, com uma complexa base industrial de defesa, destinada a conflitos de alta intensidade. No caso brasileiro, a doutrina era inadequada, quase que não se aplicando a realidade na América do Sul, em que predominava a rivalidade militar, sem a ameaça iminente de uma guerra de grandes proporções, e que crescia a possibilidade do emprego da tropa em ações contra grupos guerrilheiros, uma realidade da América Latina, que correspondia aos momentos mais tensos da Guerra Fria.

Entre os anos sessenta e setenta, iniciou no Brasil, a reorganização das unidades militares, e um novo desdobramento da força terrestre no território nacional, com o objetivo de aumentar o grau de prontidão, para cumprir sua missão constitucional. Houve um grande investimento na aquisição de equipamentos para a tropa, materiais que foram adquiridos prioritariamente, na indústria bélica nacional (Fábrica de Itajubá, IMBEL, Bernardini, Biselli, Engesa), além da adoção de uma nova doutrina militar nacional que correspondeu à demanda da nova estrutura organizacional, ao ambiente operacional sul-americano e a efetiva capacidade das unidades militares brasileiras. A época é marcada pela preocupação com o desenvolvimento nacional, com a integração e com a segurança da Amazônia.

A reorganização do Exército e aquisição de materiais no Brasil levou ao desenvolvimento da indústria bélica nacional, que atingiu alto padrão competitivo nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos 1970, a

Engesa, se transformaria na principal empresa nacional como produtora de equipamentos militares vendidos para diversos países. A Engesa participou da maioria dos projetos desenvolvidos pelo Exército e projetou e produziu toda uma linha de blindados sobre rodas 6x6 de reconhecimento e de transporte de tropas, que mobilizariam as novas brigadas de cavalaria mecanizadas.

Na década de 1980, o impacto negativo do preparo dos militares argentinos na Guerra das Malvinas em 1982 serviu para que o ministro do Exército, general Walter Pires de Carvalho, determinasse ao EME o planejamento da reestruturação da Força Terrestre. Em consequência, foi criada em 1983 uma seção de doutrina, ligada à 3ª Subchefia do EME, uma Seção de Estratégia vinculada à 1ª Subchefia do EME, e no ano de 1984 foi realizado estudos para estabelecer um Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), dentro do EME (KUHLMANN, 2007, p. 114). O SIPLEX foi aprovado em 1985, e passou a ser uma metodologia de planejamento, para homogeneizar o pensamento militar brasileiro, englobando a missão do Exército, sua interpretação, concepções estratégicas, diretrizes e planos de execução.

Na gestão do general Lêonidas Pires Gonçalves (1985-1990) foram colocados em prática importantes processos de modernização da Força Terrestre, que visavam o fortalecimento profissional. Processos que visavam à reestruturação organizacional com fins de racionalizar a coordenação do sistema Exército. Nesse processo foi identificado na análise sobre a Organização Básica do Exército, que o EME deveria ser o único órgão de direção geral do Exército, fato ocorrido em 2006, numa nova reestruturação da força. Fato concreto foi a criação do Comando de Operações Terrestres (COTER), encarregado do sistema operacional. (KUHLMANN, 2007, p. 113)

Uma importante medida adotada, durante a administração Lêonidas foi a reorganização territorial, com a extinção dos I, II, III e IV Exército e a criação dos Comandos Militares de Área do Leste, Sudeste, Sul e Nordeste, definidos por áreas estratégicas e estabelecidos pela vocação

prioritária de cada um deles. A nova estruturação do Exército aproximava-se da divisão por regiões do IBGE, sendo distinto na criação de um comando de área para São Paulo, que foi separado do Sudeste.

Os anos 1990 são marcados pela elaboração do projeto de reestruturação da Força Terrestre, agora a cargo do SIPLEX, de curto prazo (05 anos), previsto para o período de 1986-1990, de médio prazo (15 anos) previsto até o ano de 2000, e de longo prazo (30 anos), para o ano de 2015, sendo que esse último foi revogado pelo atual Processo de Transformação do Exército, de 2010. O projeto de reestruturação foi batizado de FT 90 (Força Terrestre 90), FT 2000, e FT 21.

A FT 90 tinha por objetivo diminuir a defasagem tecnológica do Exército, por meio de aquisição de novos meios e equipamentos militares, visando à obtenção de novas capacidades, principalmente com a implantação da aviação do Exército e meios de guerra eletrônica. Outro objetivo era diminuir a concentração de unidades militares no Sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro, realizando dessa maneira a redistribuição mais homogênea dessas unidades pelo território nacional, particularmente no Norte do Brasil, ao longo do Projeto Calha Norte. É importante ressaltar que a redistribuição de tropa não envolveria redução de efetivos, pelo contrário, tanto a FT 90, quanto a FT 2000 previram o aumento do efetivo militar terrestre.

As metas traçadas pela FT 90 envolvia além do aumento de efetivos, a criação de novas unidades, grandes unidades, e grandes comandos (Divisões de Exército); a modernização de meios e equipamentos militares; e a transformação de unidades, principalmente com a mecanização de unidades motorizadas. Projeto bastante audacioso e com poucos resultados alcançados, principalmente na meta relacionada à criação de grandes unidades e grandes comandos. Uma meta alcançada parcialmente foi a diminuição da concentração de unidades militares no Sudeste transferidas para a Amazônia.

A FT 2000 foi inicialmente pensada como uma continuação da FT 90, mas com as

limitações de resultado do primeiro projeto, acabou se tornando uma nova tentativa de concretização das mudanças propostas pelo ambicioso projeto de reestruturação.

As mudanças previstas pela FT 90 e pela FT 2000 e realmente implantadas foram: a reorganização de tropas, com o aumento de efetivo na Amazônia; a transformação de unidades (unidades de selva e a brigada aeromóvel); a criação da Aviação do Exército; e a articulação de forças nas Forças de cobertura/vigilância estratégica, Forças de reservas locais, gerais e estratégicas, e Força de Pronto-Emprego. Os planejamentos incluíram ainda, a criação de uma unidade de Força de Paz, meta que não foi atingida, e o desenvolvimento da capacidade expedicionária, que não foi claramente definida e, portanto também não foi implantada.

Em 2010 foi publicada a diretriz para implantação do Processo de Transformação do Exército (PTE), que trata de qual transformação interessa a instituição, e que visa a solucionar problemas futuros. O processo foi presidido por três pressupostos básicos: preservação da cultura institucional do Exército, manutenção da Estratégia da Presença, e continuação do Serviço Militar obrigatório³.

O PTE foi conduzido por intermédio de um projeto de longo prazo (2031) denominado Projeto de Força (PROFORÇA), instituído em 2012, que orientou o projeto de transformação, por meio dos seguintes vetores de transformação (VT): recursos humanos, educação e cultura, ciência e tecnologia, doutrina, engenharia, gestão, logística, preparo e emprego, e orçamento e finanças.

Dentre as novas capacidades que deveriam caracterizar o Exército transformado estavam à ênfase na dimensão humana, dissuasão extrarregional, projeção de poder,

³ BRASIL. Portaria Nº 075-EME, de 10 de junho de 2010, publicada no Boletim do Exército Nº 24, de 18 de junho de 2010, que Aprova a Diretriz para Implantação do Processo de Transformação do Exército Brasileiro. Publicado em: http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=cef20686-86fe-43f4-8cd8-8ab89ffc4aee&groupId=10138. Acesso 24/11/2019.

atuação no espaço cibernético, prontidão logística, efetividade da doutrina, gestão integrada, interoperabilidade e complementaridade, fluxo orçamentário adequado, produtos de defesa vinculados às capacidades operacionais, e gestão da informação operacional.

Um dos cenários futuros do projeto de transformação trata da capacidade de impor uma solução de paz no caso de conflito entre países vizinhos e o desenvolvimento de capacidade para resolver conflitos assimétricos na região estratégica da Amazônia. Uma das necessidades mais tensa no PTE mostra um Exército com restrição para projetar força em face de situações emergenciais, como no caso do Haiti e as dificuldades de atuação na região.

O PTE relaciona as seguintes capacidades como necessárias ao Exército brasileiro, em 2031, que devem ser desenvolvidas, com o processo de transformação:

- Concluir a ocupação e integração do território nacional na Amazônia, prosseguindo com a Estratégia da Presença. Essa capacidade é vista como restrita a força terrestre, pela dificuldade de ocupação dos espaços vazios e a dificuldade de desenvolvimento da região realizada pelo Estado.;
- Resolução de problemas sociais e econômicos relacionados à migração em massa; e
- Desenvolver capacidade de projetar poder em nível mundial. Para tanto a instituição deverá desenvolver novas capacidades e novas missões.

A primeira capacidade registrada remete à Estratégia da Presença. Ou seja, ocorre em pleno século XXI, o desenvolvimento de capacidades articuladas a projetos de Estado da época do Brasil Colônia, incorporados no século XIX e XX, com o Império e a Primeira República

Analisando de forma articulada essas capacidades, elas demonstram que o foco principal do debate está relacionado à produção de um projeto desenvolvimentista, que leve a modernização das capacidades militares no Brasil, e que solucione problemas econômicos e sociais latentes, que pertencem ao escopo político do Estado brasileiro.

3. A estratégia da presença no Brasil

As características da organização militar são de grande relevância para entender a presença militar do Exército no contexto do processo de evolução, com destaque para a importância política do tamanho dos efetivos militares. De uma maneira geral, o poder político de uma instituição militar varia em proporção direta ao seu tamanho. Desde o Império, podemos identificar o interesse das instituições militares no aumento dos seus efetivos. (CARVALHO, 2005, p. 30-31)

Outra característica importante é a localização geográfica dos efetivos militares (CARVALHO, 2005, p. 32). No Império, a localização das tropas do Exército estava ligada a dois objetivos básicos: proteções das fronteiras potencialmente instáveis — nesse caso, pode-se identificar as fronteiras Sul (Argentina) e Centro-Oeste (Paraguai); e o controle de alguns centros urbanos do litoral desenvolvido com forte tendência a instabilidade política — como era o caso do Rio de Janeiro, sede do governo central. As duas principais províncias econômicas (São Paulo e Minas Gerais) estavam praticamente desguarnecidas.

A República introduziu algumas mudanças na distribuição da tropa, sendo que a principal delas foi o aumento do efetivo nas guarnições de Minas Gerais e São Paulo, que, com a produção de café, passaram a ser o principal centro econômico do país. Houve ainda, a redução do efetivo no Centro-Oeste, no Norte e Nordeste do Brasil, e o aumento no Distrito Federal. As mudanças indicam uma tendência à concentração de tropa onde estava o poder político, o poder econômico, e a guarda de fronteiras consideradas instáveis (Sul).

Como podemos perceber, historicamente, a estratégia da presença é uma herança portuguesa conduzida pela necessidade de expansão e da manutenção do território nos séculos XVII, XVIII, e XIX. A presença terrestre na fronteira teve um papel relevante no processo de consolidação dos limites do Estado nacional. As fortificações e as colônias militares tiveram a finalidade de vivificar esses espaços, com a presença dos militares e de colonos. Nesse momento, as

ameaças eram da ordem geopolítica, vindas de interesses internacionais.

No entanto, as crises políticas internas durante o Império e a República levaram a concentração de tropas no Sudeste e no Sul do Brasil. Essa é uma realidade que permanece até hoje, apesar de algumas mudanças relacionadas à transferência de brigadas para a Amazônia, e a criação de um novo Comando Militar de Área, no estado do Pará.

Na atualidade, na sociedade civil e entre os políticos, permanece a visão, de que cabe às Forças Armadas a manutenção da estabilidade social e a resolução de crises políticas. Por outro lado, nas Forças Armadas persiste a percepção de que elas constituem o principal elemento de preservação da unidade nacional. Os argumentos das Forças Armadas são de que, em regiões brasileiras afastadas dos principais centros políticos, com baixa densidade demográfica, que sofrem com a ausência do Estado, as instituições militares representam o único fator de brasilidade, e como diria o general Góes Monteiro, nos anos 1930, a única instituição realmente nacional.

Sob tal percepção, o Exército acaba se envolvendo em diversas atribuições subsidiárias, conforme previsto no artigo 16 da Lei Complementar nº 97/1999, alterada pela LC nº 117/2004. A instituição continua como Exército atendendo a diversas necessidades do Estado, tais como: cooperação com o desenvolvimento nacional, participando ou executando atividades nos campos científico-tecnológico e socioeconômico em proveito da sociedade brasileira; ocupação de vazios demográficos (Exército Colonizador); trabalhando com órgãos federais, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional no territorial nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; fazendo ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteiras terrestres, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em cooperação, realizando patrulhamento, revista de pessoal, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves, e prisões em flagrante delito; trabalhando com órgãos públicos federais, estaduais e municipais na execução de obras e serviços de

engenharia; atuando na Operação Acolhida no estado de Roraima; e em outras tantas missões que são atribuídas à força terrestre.

Nessa trajetória, o Exército assume um papel que pertence a outros atores nacionais, com responsabilidade pela condução de políticas públicas, o que, de certa forma, provoca uma acomodação da classe política, representada pela conveniência e conivência do Estado com esse tipo de ação. Por outro lado, esse papel assumido provoca um desvio do papel principal das Forças Armadas, previsto na constituição, que é defesa externa.

O que percebemos é que as regiões distantes, mais ao interior, com pouco desenvolvimento, e com escassa presença do Estado, potencializam a preocupação dos militares com relação à garantia da soberania e controle do território. Para o Exército, o controle do território ganha relevância quando ele percebe, em pleno século XXI, que o Estado nacional ainda não terminou o seu processo de formação. Nesse caso, podemos entender a grande importância dada à estratégia da presença, compreendida com peça fundamental da segurança e da defesa do Estado.

Nos últimos trinta anos, a faixa de fronteira e as fronteiras Norte e Centro-Oeste constituem a maior preocupação do Exército. Uma região caracterizada pelo baixo desenvolvimento, e que sofre com a falta da presença do Estado. A situação é agravada na atualidade pelo intenso fluxo de ilícitos transnacionais e crimes conexos, relacionados ao tráfico de drogas, extração de madeiras, e mineração, ou seja, a problema de natureza criminosa, que demandam ações securitárias. As ameaças prioritárias estão relacionadas às questões subsidiárias de controle desses ilícitos na faixa de fronteiras, e não as questões geopolíticas de defesa da fronteira limite.

No entanto, é notório que essa ação política permanente do Exército em ações subsidiárias pode desgastar as funções principais da força, definidas constitucionalmente, o que em tese pode reduzir sua capacidade de emprego operacional para a guerra.

Para finalizar, apresentamos, como provocação, uma passagem da conferência proferida na Escola de Estado-Maior do Exército, a convite de seu comandante, general Tristão de Alencar Araripe, no dia 30 de novembro de 1948, intitulada Nação e Exército, de Gilberto Freyre para ajudar a pensar essa investigação sobre a adequabilidade da permanência da Estratégia da Presença no Brasil:

Diante de uma situação tal qual a que se vem definindo no Brasil - a de um exército organizado ao lado de atividades civis que continuam, quase todas, desorganizadas -, a solução é claro que não deve ser a de desorganizarmos também o Exército para que tudo se iguale ou se democratize na desorganização. Ao contrário: a solução que se impõe é a de procurarmos imitar o exemplo do Exército nas zonas de atividade civil, organizando, tão bem quanto ele, as demais forças nacionais. Forças de que ele possa continuar a ser o coordenador em épocas de desajustamento mais agudo entre regiões ou entre sub-grupos nacionais. (FREYRE, 2019, p. 30)

4. Reflexões finais

Ao final desse artigo, envolvendo a análise da adequabilidade da estratégia da presença no Brasil, e após ter inicialmente estudado a presença militar terrestre chilena e dos EUA, podemos pensar uma proposta para o Brasil no contexto do atual processo de transformação.

Com o caso chileno percebe-se um modelo de organização fortemente voltado para a ocupação do território, que começou a ser mudado ainda no início do século XX, com a criação da força de Carabineiros, e se amplia nos anos 1990, com a busca da modernização do Exército, no contexto do retorno democrático, quando a instituição deixou de atuar basicamente na segurança interna. O longo processo de modernização levou a força terrestre chilena a um modelo de Exército móvel e compacto na atualidade, algo coerente com a sua conformação geográfica peculiar, que se alonga de norte a sul, e encurta de leste a oeste. País que tem como importantes características naturais a

presença da Cordilheira dos Andes com sua grande agressividade geográfica, o Oceano Pacífico, a Patagônia, e o deserto do Atacama. Outra questão é que o Chile possui uma enorme fronteira a leste com a Argentina acompanhada pela Cordilheira dos Andes, com a Bolívia e com o Peru ao Norte, sendo que os três países são considerados inimigos históricos.

Com o caso estadunidense, percebe-se que seu Exército começou a consolidar o modelo de presença militar terrestre frente à guerra de independência (1776) e durante o século XIX, como parte do movimento de conquista do espaço, sob a égide da doutrina Monroe e do Destino Manifesto. Nesse longo período de tempo houve a consolidação do território nacional através de uma empreitada público-privada (Exército e Colonos), com a ocupação militar e civil das áreas de fronteiras (canadense e mexicana), e com o fortalecimento de sua indústria bélica ao final da Guerra Civil Americana, em 1865. Já no início do século XX, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a força terrestre regular dos EUA tornou-se basicamente um exército expedicionário, para atuar no processo intervencionista estatal norte-americano.

Com relação ao Brasil compreende-se como o processo de reorganização do Exército, ao longo da República, manteve o projeto original colonial de ocupação do território com tropa terrestre. A cada reorganização, o efetivo aumentava, e mais espaços iam sendo ocupados por tropas.

É importante ressaltar alguns dos resultados da reorganização realizada entre os anos 1960 e 1980, em termo de desdobramento das unidades no território nacional, que foi a transferência de unidades criadas por desmembramento dos antigos regimentos; a criação de unidades em áreas que não tinham presença de tropas federais; e a transferência de unidades para as áreas de desdobramentos das brigadas, que foram destinadas em função da reorganização.

Os casos de criação de unidades em áreas com a falta da presença de tropas federais foram mais frequentes na Amazônia, com a criação de batalhões de infantaria de selva, ou em áreas afastadas da região

litorânea, que representava a continuação do processo de interiorização de forças militares, articulado ao movimento de interiorização da ocupação humana dos vazios demográficos e do desenvolvimento do Estado. As mudanças recentes observadas no Exército Brasileiro sugerem que estamos diante mais de um processo de “modernização”, conforme descrito na seção 2, do que aquilo que se espera de um processo de “transformação”. O processo brasileiro foca em medidas que buscam melhorar as capacidades de realinhar as missões propostas, por meio do desenvolvimento da indústria bélica, ou por meio de uma nova doutrina militar para a força terrestre, ou seja, a mera mudança doutrinária ou avanço tecnológico não se constitui numa transformação. Um eficaz processo de transformação militar deve levar em conta, para além da adoção de novas doutrinas e do desenvolvimento de sua logística e de suas capacidades militares, a reestruturação de sua organização e o reordenamento de suas missões.

Ao estudar a estratégia da presença militar do Exército brasileiro, entendemos que a preocupação com o papel da presença territorial ainda é válida, mas o modelo atual deve ser revisto gradualmente articulado ao avanço tecnológico no campo das comunicações e do transporte. Esse avanço deve permitir a construção de uma presença combinada com outras forças militares e agências estatais necessárias e permanente, provida de grande mobilidade, apesar da indefinição da previsão orçamentária.

A Estratégia da Presença, dentro da defesa nacional deve ser pensada efetivamente como um sistema de operações interagências, com um comando de operações conjunto, com capacidade para atuar nas fronteiras, e na Garantia da Lei e da Ordem, pois a criação de uma nova força como a Guarda Nacional competiria com o orçamento distribuído as Forças Armadas.

Para ter sucesso, esse sistema interagências deverá pensar numa forma de regionalizar as vagas do pessoal da Polícia Federal, da Receita Federal, do IBAMA, e de outras agências necessárias à execução das operações; garantir recursos financeiros

federais, estaduais e municipais para a presença; e receber apoio do Estado para o desenvolvimento mínimo da região de forma a atrair e manter o pessoal envolvido no local.

A distribuição de efetivos militares terrestres deve ser considerada a partir de análises sistemáticas e complexas. A distribuição deve ser acompanhada de sucessivos estudos de especialistas civis e militares, mas precisa estar articulada a estratégia de dissuasão, e de projeção de poder.

É dever reassaltar nesse momento, a importância em se questionar o lugar da estratégia da presença no contexto de implantação do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), que exige um planejamento conjunto. Nesse caso, devemos destacar a importância de se pensar em “Comandos Operacionais Conjuntos”, sugerindo a Amazônia como um laboratório dessa proposta. No que se trata sobre a Amazônia, a presença militar é considerada como uma estratégia eficaz para estimular a vivificação, manter a força contra ações não estatais, e garantir a ordem pública regional (MARQUES, 2007, p. 89).

No entanto, deve ficar claro que o assunto é bastante complexo, e que o momento atual é favorável à permanência da estratégia no planejamento do Exército, desde que ocorra uma revisão da concepção de presença, articulada a ideia “do estar presente”, principalmente, por meio do desenvolvimento de capacidades de rápido deslocamento. E mais ainda, que a presença do Exército brasileiro nas fronteiras, deve ser efetivada a partir da sua articulação com os elementos monitoramento/controle (SISFROM – SIPAM) e mobilidade, no contexto de transformação do Exército. A estratégia deve entrar efetivamente na fase da indústria 4.0, com uso da tecnologia de satélites e vants.

Na atualidade, os Pelotões Especiais de Fronteiras deveriam ser pensados como “sensores de inteligência”, e não mais como fomentadores do povoamento como eram feitos no passado. Em tese, podemos dizer que a Amazônia já está povoada, sendo que,

existem muitos lugares com baixa densidade demográfica, que precisam se desenvolver.

A partir desse debate percebemos que a definição de estratégia da presença é bastante complexa, pois de certa forma, quando se fala de PRESENÇA no Brasil, tem que se obedecer a dimensões de natureza distintas: uma voltada à expressão Militar e outra à dimensão Política. E mais ainda, seria estratégia mesmo ou política de Estado, a presença militar terrestre.

A primeira dimensão diz respeito à necessidade de se fazer presente como parte da defesa do território, e especialmente porque no Brasil não há uma força intermediária capaz de fazer o papel de "força de ordem nacional", o que acaba fazendo com que o Exército seja constantemente chamado para exercer essa função, nas fronteiras. Nesse tipo de presença, não podemos esquecer a

marca da contribuição do Exército brasileiro nos processos de povoamento da Amazônia, ao longo da nossa história, caracterizados pela construção de fortificações ao longo dos séculos XVII e XVIII, pela implantação do sistema de colonização militar no século XIX, pela adoção da FT 90, até chegar à atualidade.

A segunda dimensão da presença diz respeito ao papel histórico que a instituição tem assumido como uma espécie de bastião da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, a manutenção de unidades militares espalhadas por todo território, a manutenção dos Tiros de Guerras, da formação de reservas, entre outros, funcionam também como "escolas de civismo e cidadania". Sendo que esse cenário dificulta o planejamento estratégico do Exército, quando se pensa à manutenção da estratégia da presença em regiões com considerável grau de desenvolvimento.

Referências

- ARCHIVO CHILE. Centro de Estudios Miguel Enriquez. *Reorganización del Ejército y el Nuevo Diseño de la Fuerza*. Santiago, 20 de noviembre de 2001. Disponível em: http://www.archivochile.com/Poder_Dominante/ffaa_y_orden/PDffaayorden0014.pdf.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 124-1: Estratégia. Brasília: EGGCF. 2004.
- BRASIL. Exército Brasileiro. O Processo de Transformação do Exército. 2ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2010.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estratégia da Presença: antigos conceitos, novas ideias. *Informativo Estratégico*. Ano 1, nº 1, abril. Brasília: Estado Maior do Exército, 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04, 2ª ed. Aprovada pela Portaria Normativa Nº 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa 113, de 01 de fevereiro de 2007b.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CHEYRE, Juan Emilio. La transformación del Ejército chileno: un caso de análisis para América Latina. *Foreign Affairs Latinoamérica*, vol. 8, Nº. 3, julio-septiembre, 2008.
- CHILE. *Ejército de Chile: trayectoria y futuro*. Clase Magistral dictada por el Sr. Comandante en Jefe del Ejército, Capitán General Augusto Pinochet Ugarte. Documentos, FASOC Vol. VII, Nº 4, Santiago, 21 de agosto de 1992.
- CHILE. Modernización del Ejército: realidad y futuros alcances. Conferencia del Sr. Comandante en Jefe del Ejército, Capitán General Augusto Pinochet Ugarte. Santiago, agosto 1994.
- CHILE. Ejército de Chile. Exposición sobre el plan de modernización del Ejército (Alcazar). Santiago: Estado Mayor General, 1994.

- CHILE. “Ejército de Chile: exposición del Comandante en Jefe del Ejército. Teniente General Ricardo Izurieta Caffarena. Documentos, FASOC, Año 16, nº 3 y 4, Julio-Diciembre, 2001.
- CHILE. Comandancia en Jefe del Ejército. *Plan de Desarrollo Estratégico del Ejército a 2026*. Santiago: Estado Mayor del Ejército, 2017.
- COVARRUBIAS, J.G. *Nuevas amenazas y transformación de la defensa: el caso de latinoamérica*. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado (IUGGM), s/d. Disponível em: <https://iugm.es/wp-content/uploads/2016/07/Transformacion_castellano_.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.
- _____. Os Três Pilares de uma Transformação Militar. *Military Review*. Ed. Nov/Dez 2007, p.p. 16-24. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MRnovdez07.pdf>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.
- FRANCHI, Tássio. Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso brasileiro sobre a Amazônia no século XX. 2013. Tese de doutorado. Brasília, UnB, 2013.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. *A territorialidade militar no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- KRETCHIK, Walter E. *U.S. Army Doctrine: From the American Revolution to the War on Terror*. Kansas: University Press of Kansas, 2011.
- LOURENÇÃO, Humberto José; Luis Eduardo Pombo Celles, CORDEIRO. Força Militar dos EUA no pós-guerra fria: ganhando batalhas e perdendo guerras. *Rev. Bras. Est. Def.* V. 3, nº 2, jul./dez. 2016, p. 103-117.
- MARQUES, Adriana A. *Amazônia: pensamento e presença militar*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2007.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- PUIG, Mario M. Los procesos de modernización de las Fuerzas Armadas en Chile: pasado, presente y futuro. *Cuaderno de Trabajo*, nº 03/2015, do Centro de Estudios Estratégicos do Chile. Disponível em: <http://www.anepe.cl/wp-content/uploads/cuaderno-el-CEE-N%C2%BA3.pdf>.
- STEWART, Richard W. *American Military History*. Volume 1. The United States Army and the Forging of a Nation, 1775-1917. Washington D.C.: Center of Military History, 2009. Publicado em: https://history.army.mil/html/books/030/30-21/CMH_Pub_30-21.pdf.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.
- TUCHMAN, Barbara. O povo norte-americano e o poder militar vistos sob uma perspectiva histórica. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 787, mai/jun/jul/ago, 2000, pp.28-38.
- VARAS, Augusto. *Modernización del Ejército*. Augusto Varas. FASOC Vol. VII, Nº 3, Santiago, 1992.